

## A REPRESENTAÇÃO DE MATIAS

Fernando Freitas Fuão

A representação de Matias levanta o debate sobre os limites toleráveis da representação do ponto de vista político e ético, assim como examina seu impensável desaparecimento. Ou seja: como poderemos viver sem as imagens circulantes imperiosas presentes na mídia? Como poderemos visualizar um mundo não mais mediado por imagens técnicas de qualquer espécie, mas apenas por apresentações do corpo?

A dependência desse texto de algumas idéias de Derrida é evidente, principalmente as enunciadas em seu artigo "Envio".

Para ilustrar essa apresentação nesse Congresso<sup>1</sup> tal como referência estão duas representações: uma do tipo arquitetônica executada por José Matias, representante da Associação Catadores Novo Cidadão<sup>2</sup> em Porto Alegre: basicamente uma planta de um terreno que representa, no fundo, o sonho de uma casa para esses moradores de rua, que vivem da triagem do lixo, e que foi desenhada com uma hidrocor preta sobre um papelão de caixa, medindo aproximadamente 60x70 cm. O segundo, um desenho, um retrato do Matias desenhado a grafite por um colega da Faculdade, o professor Douglas Aguiar.

Matias não se faz presente, apenas duas representações que me foram delegadas, somadas à minha presença como representação.

A *representação de Matias*, título dessa conferência, é uma apresentação crítica do papel das representações da Academia da arquitetura frente à sociedade atual, e também uma reivindicação de um novo papel para a arquitetura, o arquiteto, enfim, das representações no mundo.

Infelizmente, esquecemos que toda representação, todo projeto, é essencialmente uma representação política, e omitindo-se essa dimensão, acabamos por denegar sua representação ao outro que, é o Estado, e aos seus terríveis partícipes mediadores.

No campo da arquitetura isso é totalmente visível na desqualificação atual do arquiteto, no encolhimento de seu campo profissional e do enfraquecimento da arquitetura, enquanto concretagem transformadora da sociedade, enquanto metáfora solidificadora.

No começo, devemos entender que a representação mantém uma

relação de essência com o duplo, com o duplo corpo. E que essa palavra seja aqui compreendida não só no seu sentido de corpo carne, mas também de corporação, e corpo social. Penso o corpo nessa multiplicidade agregativa, dinâmica, que conforma a heterogênea massa da vida.<sup>3</sup>

De um modo geral, estamos todos aqui representando certos segmentos da sociedade, da academia. Representamos parcelas ou fragmentos de pensamentos políticos, sociais, éticos e estéticos, convergentes e divergentes.

Como delegados, embaixadores, emissários, ou enviados, somos todos sinônimos de representação.

Estou aqui, de certa forma, encarnando a Associação de Catadores Novo Cidadão para problematizar a representação pela ótica do avesso. Isso porque os ditos “excluídos” se caracterizam exatamente pela sua não representatividade como força hegemônica dentro da sociedade, por não possuírem representações institucionalizadas de espécie alguma e apenas contarem com sua única representação: o corpo, como suporte e escrita.

A penúria do corpo explorado, desagregado.

Falo não só de representação, mas também de uma digitalização do esquecimento, da alienação, da cegueira. Porque é função mesmo da representação esse duplo paradoxo: fazer lembrar o representado e fazer esquecer por que se representa.

A palavra apresentação significa simplesmente “apresentar” e, representação o fato de voltar a apresentar.

Fazer voltar.

*Revoltare*, como potência do poder mesmo de perpetuar-se.

E é esse poder de fazer voltar à presença de forma repetida, incansavelmente, que expressa o poder do sujeito de retornar a qualquer momento.

É um *revolver*, uma arma do poder do Estado em suas mais diversas formas sobre seu corpo de cidadão. Um controle, uma ameaça ironicamente não visível, típica dos mediadores e dos falsos deuses.

O conceito de Derrida de representação em “Envio”, discurso elaborado por ocasião de uma apresentação de um congresso de línguas, enfatizava a representação como um discurso político-politizante. Nesse texto percebe-se a representação atrelada ao conceito de liberdade: para ele essa liberdade era algo diretamente proporcional à ética democrática e parlamentar da representação, cujo oposto se traduzia no horror das subjetividades calculáveis, inumeráveis mas computáveis, nos computadores das polícias, do Estado, no universo dos meios de comunicação de massas, no universo da semiótica, da informática e da telemática.

Sim, a liberdade passa pela representação, representar é colocar-se no mundo enquanto sujeito, enquanto ação, enquanto profissão.

O poder na era das representações traduz a potência do indivíduo de permanecer no presente e no passado, de circular no tempo enquanto representação. Esse poder é diretamente proporcional ao número de

representações, de re-apresentações, de repetições que possa oferecer *ad nauseam*. Mitologicamente, de duplicar-se, multiplicar-se enquanto sujeito e ser da representação, para si e para os outros. O sujeito contemporâneo é aquele que pode ou acredita poder gerar representações, principalmente imagens técnicas, fotografias, ou dispor delas. O sujeito contemporâneo é aquele que se sente feliz ao lhe extrair imagens de seu corpo para divulgação do seu eu superficial, e para isso é capaz de tudo.

Quando se diz dar-se representações seria possível dizer também, trocando em miúdos, dar-se representantes políticos, por exemplo. A situação da representação é sempre uma posição política, toda representação é ocupação do território existencial.

O sentido da representação como substituição “de estar em lugar de” expressa sempre a idéia de uma segunda presença, de uma repetição imperfeita da presença original. Normalmente, se diz de uma pessoa que atua em nome da outra, ou de uma imagem que torna presente uma pessoa, ou uma coisa ausente.

O valor do prefixo “pres”, do ente do ser, do presente, significa ser “ante” algo, e esse estar “ante” pode ser interpretado também como uma predisposição para imobilização do sujeito para posar. Essa predisposição leva a uma “in” disposição, justamente a que coloca o sujeito dentro do quadro, da tela, do monitor, da memória como prisioneiro dele mesmo.

O mito do Narciso exala a dependência, a narcose do sujeito como representação. Philippe Dubois levou com grande lucidez a questão da fotografia à categoria de índice, algo que se liga ao homem, tal como uma pegada, uma digital, uma mecha do cabelo, um dente, ou seja, a representação fotográfica como uma conexão física entre o corpo origem e o fragmento representação.

O sujeito ao se permitir representar, tornar-se representado, cede parte do seu corpo, deixa marcas, falsos rastros de sua existência, se fossiliza, acredita tornar-se mais poderoso, imortalizar-se, quando representado, mas acaba virando objeto, cede sua identidade ao outro, expondo-se.

É essa a triste representação do ser presente que faz como que ele se volte continuamente, num eterno retorno, a ele mesmo como afirmação de si, e para com os outros.

Essa falsa importância do ser atrela-se a suas representações na esfera do poder mediático, na massa corpo do Estado.

Pontualmente atrela-se também ao número de itens encontrados nos sistemas de buscas da rede, e na rede de influências que ele pode estabelecer enquanto ponto de convergência e disseminação de imagens, que ele produz e consome. Para ele a lógica da dominação é sempre a lógica da possibilidade de ascender, multiplicar-se, e principalmente deslocar-se enquanto representação.

A representação é veículo, *omnibus*.

O reino da representação é também o reino do calculável, não só da geometria e das figuras, mas da matemática. E talvez daí decorra a

eficácia do método Mongeano como método de representação, e de todos os programas de representação.

Deveríamos pensar que o espaço do computador não é só um espaço geométrico organizado por *pixels* apresentados na tela e que se reproduz em qualquer superfície, mas antes um espaço matemático, binário, calculável, organizável, ordenável. A lógica da dominação passa pela lógica da matemática e de sua relativização cultural.

Mesmo distante do tempo atual, Heidegger estava próximo da realidade presente ao intuir que o que pontua o reino da representação como espaço calculável é a calculabilidade. É esta justamente a propriedade que garante a servidão antecipada do que se tem a representar, que arrasta consigo parte do corpo reproduzido.

A calculabilidade é número, o dígito, o que identifica e assegura a representação, as identidades do representado, a identidade, a Carteira de Identidade.

Lembro que, felizmente, índio não tem identidade, e que muitas vezes os moradores de rua não possuem os documentos de identidade.

É justamente no reino do incalculável, inumerável, da imprecisão, do proibido, onde se desborda os limites da representação, do questionamento.

O “re” de representação não deve só assinalar o aspecto de re-apresentar, repetir, fazer-se presente, isso seria muito ingênuo, há uma infinidade de estudos repetitivos nesse sentido, pois nesse “re” está presente o próprio conceito grego de *mimeses*, seu envio original. Esse “re” é o mesmo “re” que reapresenta o ser de diferentes formas e conceitos.

É esse “re” que faz voltar infinitamente através da fantasia o mesmo sujeito descaracterizado como ser. Esse “re” assegura as formas maquiadas do poder, as transfigurações do Estado.

O prefixo “re” é um prefixo dominativo, e não necessariamente duplicador. Veja palavras e conceitos como revolta, repugnância, resistência, repulsão...

A representação por força do poder do prefixo “re” algema-se ao conceito de repressão, retenção. A repressão está na base da representação, mas já não é uma retenção amorosa, romântica, típica do século XIX, como nos faz lembrar as mitologias amorosas das origens da pintura, nos livros de História da Arte.

A representação também se refere a representantes ou delegados: a relação de detenção inata à representação, a posse do ser amado ou odiado, deve se dar comparado também à relação entre delegado e seu mandante. O delegado é sempre um apoderado de seu mandante que corre o risco de modificar sua perspectiva e de desviar as direções que lhe foram dadas.

A representação é uma circunstância econômica-política, pertence à esfera da economia, e não parece que exista nada de transcendental nisso.

Leva-se um em vez de levar todos, o princípio do *pars pro toto*, por

isso é metáfora, economia das palavras, pontes.

Representação é economia circulante, poder que circula.

É por isso que Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*, ao estudar as representações se aproximou da economia, da moeda como representação em circulação, da representação como mercadoria.

Tal como a moeda, as representações valorizam o referente segundo o espaço que ocupa, pelo número de mãos entre as quais passa, pela quantidade de informação que carrega e por sua velocidade de deslocamento. Todos esses valores curiosamente também pertencem ao meio midiático.

Representação é aquisição, poder aquisitivo.

A Associação de Catadores Novo Cidadão necessita fazer representar-se em muitos campos, precisa ser conhecida, reconhecida. Matias enquanto representação, mensageiro, representante da Associação ainda não deve ser visível, calculável.

Sua representação deve ser resguardada, pois assim enquanto se aguarda nos “re” politizamos enquanto corpo.

Entretanto aí reside o paradoxo das representações na modernidade: por um lado, a associação, para ter representatividade na sociedade do espetáculo, deve se fazer representável, comunicável, circulável, permanecendo em todos os meios de comunicação o maior tempo possível. Por outro, ao entregar-se como representação perde toda sua força enquanto corporação, enquanto potencial transformador, enquanto anunciação.

Ao abandonar-se às deformidades dos meios de comunicação, torna-se objeto manipulável. Um claro exemplo foi a matéria sobre os moradores de rua apresentada no programa *Globo Repórter*: segundo Matias, evidenciou uma imagem bastante negativa dos moradores de rua, como sujeitos incapazes de se organizarem, trabalharem, preferindo a liberdade das ruas, as condições sub-humanas e o individualismo desagregativo.

O fato de existir representação a varrer, como lixo mesmo, não significa que essa seja um fenômeno recente e peculiar da época moderna, da ciência ou da tecnologia. O que é peculiar a esse período é a autoridade, a dominação geral da representação, o controle do Estado que opera sobre o corpo social mediante as representações entregues aos mediadores.

Evidentemente, o que está embutido nessa problemática é justamente uma interpretação do ser que se volve objeto de representação.

Infelizmente, tudo que se faz presente, “tudo o que é”, todo o presente, tudo o que possa suceder é apreendido na forma da representação. Como disse Vilém Flusser, hoje todo evento, todo ato, tudo mesmo almeja ser perpetuado, petrificado em imagem técnica. Assim, a experiência do ser no mundo advém essencialmente do poder das imagens técnicas, do mundo digital e de suas intermediações.

A representação é sempre um espelho do ego que se retrata no drama do olhar, no olhar dos reis e príncipes fixados na pintura, no olhar

de cada indivíduo fotografado. É no período compreendido entre o quatrocentos até a atualidade, e com o fim da história, que o homem se determina enquanto objeto “ante” e para com ele mesmo na forma de representação.

Toda representação carrega em si, implicitamente ou explicitamente, a intermediação entre representante e representado. Explico melhor: o pintor, ou o artista que representa o que quer que seja, representa não só o quadro ou o personagem que pintou ou interpretou, mas a si mesmo também. As *Meninas de Velásquez* é o paradigma da exposição do representado-representante e do mediador. Foucault esgotou essa relação num jogo quase infinito de reduplicações da tela como espelho.

A idéia da fotografia como imagem democrática só existe enquanto existência única e irrepetível, como estímulo à memória, de uma memória que vai perdendo seu sentido na medida em que se coleciona imagens, se *publiciza*, se *mediateia*.

Infelizmente, a democratização da imagem através da fotografia gerou o mito de que todos poderiam se rerepresentar sem a utilização do pintor, a mediação. Na medida em que as imagens se tornaram técnicas, de certa forma democrática, as forças que ali se depositavam no poder do pintor enquanto representação acabaram por transferir-se e evocar mais uma condição para a existência da representação no mundo atual: a circulação e distribuição de imagens, abrindo espaço para os veículos de comunicação, para um mercado maior da imagem.

Já não basta ser representado como um rei ou príncipe na pintura, para ascender enquanto potência a modernidade impõe o conceito de circulação acelerada da imagem como força de representação. O mesmo papel da representação da efígie, do rosto cunhado nas moedas.

A moeda era um dos veículos de circulação da imagem do poder, o suporte móvel que divulgava a representação do poder, do rei, da coroa.

A função do projeto, da representação arquitetônica enquanto projeto, projétil, envio, mensagem, é viabilizar a construção daquilo imaginado por seu criador mesmo que ele não mais exista.

Por isso o projeto sempre fala da garantia da perpetuação da idéia durante o tempo.

Na Antiguidade e na Idade Média o que garantia a perpetuação era a corporação, os laços de consangüinidade, os laços profissionais, o corpo, a parede, e não o papel ou a memória *chip*. Nesse sentido devemos entender que projeto é monumento, porque sobrevive à passagem do tempo, circula no tempo. Um documento que se serve de métodos de representação para atingir seus fins. Na arquitetura a questão da representação atrela-se a uma intermediação entre a idéia e o objeto construído, constituindo o que designamos normalmente como projeto.

Essa prática da apresentação do projeto está, em suas origens, atrelada a uma dominação política, de um saber específico dos artistas que se desligam das corporações de ofício na Idade Média para se autovalorizarem, impondo uma doutrina de formação do olhar do século

XV baseado na construção da perspectiva, na utilização dos instrumentos ópticos e no binômio da imagem técnica: luz e distância, metáforas do poder a partir do século XVIII.

O pensamento ocidental depois do Renascimento fica impregnado de uma moral visual que se dirige para a superfície e exteriorização dos corpos, isso em todos os campos da representação e das ciências. Os instrumentos ópticos, ao serem utilizados na construção da representação em perspectiva, provocaram um distanciamento dos corpos no espaço, iluminando-os não só em relação ao ponto de vista do observador, mas sobretudo em relação aos próprios corpos entre si, gerando também um distanciamento psicofísico entre o homem e a arquitetura, a fragmentação.<sup>4</sup>

Na verdade, eles impuseram um novo modo de construir a realidade com base nas suas representações, em suas exigências miméticas, e seu resultado é a cidade presente. A imagem fotográfica e a perspectiva estão precedidas por toda uma estética da visão, um privilégio do olhar, uma moralidade higiênica de “mais luz”, que orientou e conduziu durante séculos toda a história das práticas pictóricas e da arquitetura.

Derrida propôs, ainda, uma história da representação não a partir da própria representação, mas do ser na história que deveria desaguar na representação. Mas essa “História”, como se sabe, é sempre representação do poder, e a micro-história, privada, como se viu, só funciona como historiografia, acumulação de informação.

A via da desconstrução da representação, e de sua retirada, é um ato extremamente radical, mas ainda representacional. Devemos entender que toda política da representação é sempre uma fundação representacional da imagem, e não do corpo. É imagem.

Veja por exemplo, o privilégio que a História da Arte deu às pinturas primitivas rupestres em contraposição a culturas que utilizaram o corpo como suporte de representação, como as escarificações, tatuagens, arte plumária, por exemplo.

Toda a história da arte e da arquitetura tem sido a história da imagem, a história da representação da arte e da arquitetura, e não da arquitetura.

Para Derrida, entretanto, a desconstrução da representação como uma reabilitação da presença sem repetições, sem delegações, resultaria em algo vazio e sem pertinência. Para ele esse prejuízo anti-representativo poderia impulsionar as piores regressões, mas infelizmente ele não justificou tal argumento em *Envio*.

Mas é justamente a liquidificação e o esfacelamento da representação enquanto tal, nesse momento, que pode abrir as portas para novas formas de organização do espaço, e não me atenho à desconstrução na arquitetura.

O paradigma da desconstrução é um paradigma que opera antes de qualquer coisa sobre o plano representacional, sobre a representação arquitetônica, sobre sua escritura, sobre sua gramática, imbuindo-lhe de complexidades, desmontagem e desestruturação do próprio processo projetual.

É o desmoronamento total da representação que descortinará novamente a aurora da utopia.

Será um grande equívoco argumentar as especificidades da representação, numa vã tentativa de salvaguardá-las, como, por exemplo, representação pictórica, estética, política, linguagem biológica. Foi justamente essa especialização, o avanço da ciência entendida como fragmentação do corpo, representação que atuou sobre o “ser”, que acabou gerando essa repartição da representação. Foi ela que armou o labirinto e enganou o sujeito, fazendo-o acreditar que através das revoluções do olhar, das desintegrações da imagem, das especificidades e transformações das representações poder-se-ia modificar o mundo, e nesse discurso se encaixa as vanguardas e movimentos revolucionários representacionais, como o cubismo, o expressionismo abstrato, o surrealismo e até a própria desconstrução.

O *dominó* da representação como sempre se dá através da complexidade do conhecimento da própria representação, do saber da técnica, do conhecimento das regras, da sensibilidade do mediador, da impressão, interpretação e circulação da mesma. O papel fundamental da representação é tornar complexo o referente, tornar a representação tão ou mais complexa que a idéia inicial, deixar de representar nem que seja um pouco, mas sempre o representado.

Existe um ponto crucial com relação à questão da representação como envio. Se houve um envio desde a Antiguidade Grega, e que passou pela cultura florentina é por que o ser estava originalmente ameaçado em seu ser conjunto. De fato, se pensarmos, o período do quatrocentos, marca um novo reenvio assinalando o desgarramento do artista das corporações de ofício, do corpo unitário. Sob a idéia de liberdade e de um saber diferenciado, ele acabará por representar a manifestação do ego, da vaidade, retratando o olhar dos reis, projetando palácios e igrejas e novas cidades, receberá guarida em troca dessas representações.

Agora, se a representação em profundidade, o mundo perspectivado pela lente da arquitetura já se consome, e se delinea como estrutura obsoleta e entorpecida, e se reclama um novo desvio da representação, um reendereço da mesma carta para um outro lugar através de um esfacelamento ainda maior da representação, certamente deveríamos rever o endereço e a finalidade dessa. Ou, por outro lado, metaforicamente fazer um *farenheit* e estabelecer um outro meio de perpetuarmos sem exibição, sem envios. Em alguns casos, ou vamos todos ou não vai ninguém.

Algo tão contundente como aquele proposto pelos arqueiros do quatrocentos, que com suas flechas da visão em perspectiva feriram profundamente o mundo feudal, deixando jorrar a luz por suas feridas, curiosamente um dos envios que agora recusamos.

Se houve desgarramento do corpo, fragmentação, processo representacional de um corpo fugitivo e repetido em aparência, devemos supor que seus remetentes eram suficientemente lúcidos para acreditar



que essa representação não seria mesmo a representação do corpo original, não seria um clone. E que, enquanto representação, criação, acabaria fundindo-se com outros corpos para perpetuar-se, e gerar novas representações.

A lógica da fragmentação é a mesma lógica da *collage*, e ambas dizem que, todo corpo separado, amputado, tende a se agregar a um outro corpo para gerar um novo significado, uma outra representação, guardando sempre relações de representatividade com o corpo de origem, mas se abrindo enquanto significações para novas representações, conjugações.

Os mitos de Narciso e de suas interpretações nunca explicaram o que ele realmente vê nas águas: acreditamos, ingenuamente, todo tempo que ele via a si mesmo. Infelizmente acreditamos mitologicamente que as representações são absolutamente subservientes, são só espelhos, não têm vida própria e que sua função é guardar em sua inocente imagem sempre o referente, a vinda do referente.

Mas as representações têm vida própria, são traiçoeiras principalmente em suas reconjugações amorosas, deixando em aberto sempre uma nova possibilidade. Acho que não podemos mais falar de representação, generalizando, como uma massa homogênea. Na era das representações, o conceito rege-se por infinidade de pequenos grupos representacionais, cada qual à sua maneira, tocando-se uns aos outros por afinidades, ou chocando-se através de suas diferenças, mas compondo um todo complexo, heterogêneo, dinâmico e mutante de partes.

Esses mesmos pequenos grupos representacionais tendem sempre a expandir suas representações, se redividirem, multiplicarem-se através da fragmentação, englobando, incorporando, sufocando uns aos outros, mas sempre expandindo seu território, perpetuando-se enquanto representações únicas. O um no outro.

Representação hoje é, basicamente, sede de perpetuação, uma compreensão da existência mediante sua negação, uma tentativa de sobreviver à morte, uma reafirmação de grupos uns sobre os outros, rede de significações.

Derrida introduziu dentro da representação o conceito da "diferença", de uma diferença que não representaria mais o mesmo, ou da relação do destino do ser, uma diferença que não seria repatriável ao envio de si, uma diferença como envio que não seria uno, nem um envio de si. Mas envio do outro, dos outros, invenções do outro.

É justo nesse ponto que Derrida se aproximou ao conceito da *collage*, à uma *collage* que é síntese da representação moderna como enunciei na *Collage como trajetória amorosa*. Mas o conceito de Derrida de *collage* é incipiente. Por mais transformadora que seja, essa *collage*, esse desvio é ainda representacional.

Mas como descalcular os corpos numerados, digitalizados, virtualizados, institucionalizados, prisioneiro nos bancos de dados do Estado e de seus mediadores? Penso que no oposto encontra-se o corpo-

corpo. A carne, o *carнат*, o encarnado, a pele, a superfície de representação, a porosidade. Penso o corpo como o elemento vivo que medeia a cidadania, a cidadania que passa pela representação do corpo, pelo uso.

O corpo como a única diferença existente, existencial. É o contato com o corpo, com o corpo do outro que nos torna diferente e não mais indiferentes, que me faz verdadeiramente eu, que extingue a abstração, o conceito, a representação.

No universo digital da representação arquitetônica o corpo também é negação. O corpo é o elemento raramente presente no projeto, salvo sua representação por índex: pequenas pistas deixadas, como mobiliário, portas e outros rastros.

Nos desenhos de arquitetura mais acadêmicos e convencionais, nos programas institucionalizados e generalizados, é freqüente a utilização dos carimbos, dos blocos de mobiliário, dos blocos humanos, dos automóveis, das vegetações, das texturas, desprezando e ignorando a singularidade de cada corpo, de cada personagem, ignorando as identidades.

E não se entenda aqui que o conceito de identidade atrelo a uma certa tradição, ou a um conservadorismo ou nacionalismo como presenciamos nesse momento; ao contrário, o exemplo mais visível é o corpo dos moradores de rua, dos índios, dos excluídos de um modo geral, de todos aqueles que não têm e nunca tiveram representação e identidade, ou daqueles que estão em via de perdê-la.

Refiro-me exatamente àqueles horríveis carimbos eletrônicos de pessoas; neles encontramos a representação do capitalismo em sua face mais patética dos tipos humanos: os homens em traje social ou esportivo, barbas feitas, camisas passadas, desempenhando papéis importantes na sociedade, atividades profissionais burocráticas, esportivas, mulheres sedutoras com os peitos empinados, vestidos ajustados e colados na moda, cabelos sedutores.

Na sociedade do espetáculo há um carimbo para cada espécime, salvo, por felicidade, para os catadores de lixo e outros grupos de exclusão. A partir do excluído, do rejeitado dessas bibliotecas, poderíamos montar muitas outras bibliotecas que acabariam por formar uma cartografia orientadora enquanto representação no resgate das identidades perdidas. Nessas bibliotecas não tem carrinhos dos catadores de lixo, difícil encontrar carroça cheia com lixo. O jogo de procurar o que tem não poderia ser muito lúdico e educativo.

Há quem defenderá a possibilidade do programa incorporar novas figuras, provenientes de outros programas. Na verdade já estamos falando de *in* corporação. Das incorporações. Das incorporadoras, da colocação do corpo dentro, dentro da máquina, dentro do sistema.

Pergunto-me quando observo na sala de aula, no ateliê de projeto, nas representações corriqueiras que os alunos costumam carimbar em seus projetos, onde está o corpo do Matias e de seus afins, com sua barba por fazer, com sua feliz boca banguela, com seus trajes simples e sujos de

lidar com o lixo? Onde se faz presente o corpo da mãe do Matias, figura carismática de Dona Marlene, que, com seu sorriso e testemunho, numa pequena mesa redonda na Faculdade de Arquitetura fez repensar a vida de dezenas de estudantes em apenas 15 minutos? Onde está a representação do pequeno Pablo, de um ano e meio, maravilhoso dormindo numa caixinha de papelão cercado de moscas enquanto seus pais, Daniela e Paulo, trabalham na triagem do lixo?

Onde está o processo representacional de identificação entre usuário e arquitetura quando se tem um cliente definido e com identidade própria?

Pergunto-me onde está a representação dessa associação na sociedade? Onde está a representação dos moradores de rua dentro das universidades? Dentro das salas de aula?

Onde estão presentes essas representações dentro dos alienantes programas de desenho que a sociedade da informática nos faz engolir a força, sob a alegação de uma pseudo-higiene e precisão da representação, de uma virtuosidade do virtual? Onde estão os envios que Derrida um dia imaginou, se não há destinatário, se não há mais remetentes, carteiros, mensageiros e tampouco anjos? Hoje tudo é lenda.<sup>5</sup>

Esses são os programas que doutrina, dentro da sociedade neoliberal os jovens estudantes subliminarmente com equivocados conceitos de beleza às custas da eliminação do corpo, do corpo como diferença no ato projetivo.

É por esses veículos, por esses programas, essas micro-representações que se dissemina a doutrina capitalista, neoliberal, da exploração e segregação. Representação hoje, mais do que nunca, quer dizer operação mediada pelos instrumentos tecnológicos, sua falácia de ser repartido ao mundo e compartilhado por todos é mais uma das mentiras impostas pela globalização das grandes incorporações, como Microsoft, Apple, etc. Como viabilizar essa pseudodemocratização da informação, em um país de excluídos, onde mais de setenta por cento das pessoas não tem possibilidade de aquisição, acesso e treinamento básico para operar com uma dessas máquinas? O Estado, impotente ante tantas necessidades e muitas vezes isento, pouco faz; as Universidades continuam fechadas em suas muralhas, e os professores só querem produzir cada vez mais pesquisas avançadas sobre outros temas, cavando cada vez mais um abismo entre saber, conhecimento e miséria.

O caso mais impressionante, e que retrata bem o que comento, foi quando começamos a trabalhar com temas de relevância e contribuição social, como albergues, abrigos, bandejões, moradia de baixíssimo custo para populações ribeirinhas, comunidades para moradores de rua, como é o caso do projeto para a comunidade da Associação de Catadores Novo Cidadão.

Logo, percebemos que os estudantes, além de eliminarem o corpo dentro de uma longa tradição (como observei em *Cidades fantasmas*) e dos poucos objetos que essas pessoas carregam, não conseguiam representar a adequação desses corpos como *modus vivendi* nos espaços

correspondentes, não conseguiam organizar os espaços segundo a lógica do outro. O que pode deduzir, nesse caso, é que o obstáculo representacional é também um obstáculo epistemológico e, sobretudo, ideológico, alimentado continuamente por esses programas arquitetônicos de representação, pela representação como um todo gerando projetos totalmente divergentes entre idéias e propostas representadas, na maioria das vezes.

Esses programas não só constituem a representação hoje, mas o próprio corpo do arquiteto, da arquitetura. O arquiteto programa, incapaz de subverter as regras do jogo, do programa.<sup>6</sup>

Emprestando seu corpo ao mundo é que o arquiteto pode transformar o mundo em arquitetura. Não se vê como um arquiteto pode projetar ou construir o mundo para pessoas destituídas de corpos, ou para pessoas carimbos que vivem de móveis carimbos, em casas carimbos. Antigamente chamava-se isso de gabarito.

A idéia de programas universais desenvolvidos e sustentados pelas transnacionais da informação só poderia vir acompanhado de uma política de descaracterização das identidades, maquiando tudo com o véu da elite, fomentando e transformando tudo em “massa moda”.

Essa negação da representação que se reinvidica mantém uma relação essencial com o corpo, com o corpo da representação arquitetônica, com a fotografia da arquitetura, com a representação de projeto, enfim, já devem ter percebido, que é com o próprio corpo da arquitetura, com o corpo disciplinar, com o corpo docente, com o corpo do arquiteto, esses corpos-massa que se descorporificaram nos últimos vinte anos pela política neoliberal-globalizante que tem na cultura das telecomunicações, nesses falsos mensageiros e anjos seus aliados.

Exemplo disso foi a debilização do corpo de arquitetos brasileiros como corporação, sindicatos, Institutos dos Arquitetos, e de outras profissões mesmo. E pior, devemos pensar também que a esse enfraquecimento correspondeu também um desvanecimento de seu território, de seu campo de trabalho.

Estou certo que, se por um lado é necessário o desaceleramento da representação, por outro, dentro da lógica do espetáculo, é necessário o fortalecimento das representações de todos os excluídos.

A reivindicação da cidadania passa pelo direito à representação, passa pela representação, pelo menos me refiro àqueles que nunca lhe foram permitido exercer suas representações. Mas devemos atentar que essa representação mediada não pode mais ser a representação do outro.

Representar significa, também, reconhecer a organização do corpo, a ação do corpo no espaço, a corporação, a disposição espacial e mental.

O domínio da representação é tão antigo quanto o homem; representação era basicamente domínio do corpo sobre o corpo. Representação hoje, mais do que nunca, quer dizer operação mediada pelos instrumentos tecnológicos sobre os corpos. A crença de ser repartida ao mundo e compartilhada pelo mundo inteiro é mais uma vez uma das

ilusões promovidas pelo neoliberalismo, pelas grandes incorporações da comunicação. Computadores para o mundo inteiro.

Em um país com alto índice de pobreza, como o nosso, fica patente que as pessoas não têm possibilidade de ingresso ao universo digital, ou quando o fazem, ao término do pagamento já estão obsoletos. Não posso deixar de ver isso como um sintoma de uma sociedade totalmente esquizofrênica e subserviente da sociedade do consumo.

Começo a me perguntar para que tanto conhecimento, tanta informação disponível se não há tempo para a leitura e sua reflexão. Para que tanta sofisticação da representação, tanta complexidade, tanta simulação, tanta ilusão se não existe uma aplicabilidade social, um compromisso da tecnologia e das ciências com o social? Quando se sabe que a complexidade dos problemas sociais não tem seu correspondente na complexidade de representação arquitetônica, pelo contrário, se resolve com desenhos simples, muito simples, às vezes até quase sem eles.

Aquilo que é universalmente admitido como positivo, aquilo que se diz "existente em realidade" e cuja negação se exprime com o conceito de "nada" no seu significado mais extenso é precisamente o mundo da representação: o mundo da objetividade é o mundo da representação, das imagens mediáticas, das imagens técnicas.

Esse tem sido o mundo da representação, da negação do corpo, como disse Márcia Tiburi. No momento em que cogitamos seu desaparecimento, seu enturvamento enquanto espelho, sua mortalidade, perguntamo-nos ingenuamente que destino poderia ter a representação, se ela já não possui as qualidades do tempo e do espaço clássico e tampouco do moderno: desolamo-nos e dizemos que se perdeu para o nada.

Mas esse nada é o corpo que, agora, a guarda como suporte.

Tudo nos leva a crer que do jeito que a representação está sendo representada, ou se houve alguma positividade em suas origens, esta se perdeu no tempo, não representando mais os ideais dos envios originais.

A sociedade do espetáculo tratou de disfarçar a verdadeira causa da violência; só há um rizoma para a violência: a pobreza que brota da exploração exercida pelos países do Primeiro Mundo sobre a debilidade dos países pobres, sobre o jogo dasilusões depositadas sobre uma cultura do ócio e do consumismo capitalista, na mitologia incisiva sobre os países ditos em desenvolvimento de um dia chegarem lá e constituírem-se representações mais efetivas.

Uma violência sobretudo imposta pelo Estado impotente e quase estéril que não consegue mais se manter, mas que financia suas armas para garantir o espetáculo da violência diária na tela da tv.

Como posso ver a representação do meu eu, do meu outro violentado pelas representações que me foram feitas sem minha consciência ao longo da vida? Como posso ver a representação de uma sociedade civil que fecha seus olhos para a pobreza que perambula pelas ruas, que se esconde nas periferias de nossas gigantescas cidades? Como posso

ver a representação de uma certa classe que *insulfilmiza* as janelas dos carros para não ser fulminada pelo olhar das crianças que ficam nas sinaleiras? Como posso me sentir quando a cada prédio, a cada edifício de escritório que entro tenho que me identificar, deixar-me ser representado, quase à força, fotografado, monitorado em nome de uma falsa segurança por eles mesmo provocada?

Tudo na sociedade produtivista do espetáculo vira mercadoria, até a miséria é estetizada e consumida como moda, pois a essência da representação é mercadoria, circulação e valorização do mediador. O corpo que vira representação torna-se mercadoria, objeto de consumo.

O corpo miséria, situado como corpo-lixo, metaforicamente se devora a si mesmo: em seus restos de existência não encontra outra saída do que buscar nos lixões a comida para sua existência, em sua própria carne.

Esse é o corpo vivo, segregado, abandonado que vem questionar a própria representação, o papel do arquiteto na sociedade e de sua responsabilidade social.

Esse é o corpo ponte, os anjos que vêm anunciar a religação, como disse poeticamente Michel Serres em *A lenda dos anjos*: “gostaria de unir numa fusão ardente várias coisas: a ciência e os miseráveis, a natureza e as culturas, a razão e as religiões”.

O corpo é hoje, em última instância, o primeiro e último elemento que pode questionar a melancólica civilização ocidental, como disse Marcia Tiburi.

A representação, como o tempo, segue um sentido, um fluxo, uma flecha que vai do interior ao exterior e vice-versa. A arquitetura, a casa, só existem enquanto potencial de abertura e implicações, passagens que possam abrigar o homem, e permitir a comunicação entre o interior e o exterior, entre eles mesmos.

O movimento de entrar e sair constantemente, do dentro para fora, e vice-versa, dá dinamicidade e ativa as forças da representação, tal como a representação teatral, no palco. O real sentido da representação política está na exteriorização, expor o próprio corpo às intempéries, à vida, exteriorizar-se na vida pública e não no âmbito privado.

Não mais enviar ou ver representações do mundo em casa. Esse é o movimento da apresentação humana.

O sentido de bloqueio em psicanálise-psicologia explica e corrobora esse sentido que me utilizo para o verdadeiro sentido da representação única do corpo. A falta de exteriorização e representação dos sentimentos acaba por gerar bloqueios de representação no corpo que se deixa representar, porque as representações técnicas são falsas representações.

São essas portas e janelas fechadas, essas falsas janelas, fotografias, vídeos, cinemas, telas de computadores que impedem o fluxo da vida, que impedem a aparição do irrepresentável. A festa do corpo. Como disse o poeta Carpinejar: “Como dói a porta fechada por dentro”.

Uma das dificuldades de compreensão e atuação sobre o

empobrecimento do mundo é exatamente a dificuldade da leitura do mundo, do mundo do outro onde não há quase registro ou representações. Eles quase não têm imagens, nem palavras. Lembro a dificuldade dos moradores de rua de se comunicarem, até a dificuldade de falar, a dificuldade de possuírem fotos próprias, a dificuldade de se encontrar livros ou imagens por eles produzidas.

Enfim, um mundo sofrido pra cachorro.

Representar é reafirmar a consciência, o conhecimento do projeto. Níveis de consciência são níveis de representações, e vice-versa.

Hoje, o crepúsculo da representação representa o renascer da utopia. Essas representações mais do que nunca estão atadas a um processo louco de exploração conhecido como globalização, economia neoliberal, que tem como um de seus avatares a morte da utopia.

“A globalização reforça as representações, o mando das minorias poderosas, e esmigalha e pulveriza a presença impotente dos dependentes, fazendo-os ainda mais impotentes, em face do aniquilamento de suas representações, e sua inacessibilidade aos meios de comunicação de massas.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar quase natural.

O mundo não é, o mundo está sendo.

Meu papel no mundo não é só o de quem constata a representação do que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. A representação é objeto da história, não somos objetos da história, mas seus sujeitos.

Quanto mais me deixo seduzir pela aceitação da morte da história tanto mais admito que a impossibilidade do amanhã diferente implica a eternidade do hoje neoliberal que aí está, e a permanência do hoje mata em mim a possibilidade de sonhar.

A proclamada morte da história - que significa, em última análise, a morte da utopia e do sonho - reforça, indiscutivelmente, os mecanismos de asfixia da liberdade. Daí a briga pelo resgate do sentido da utopia de que a prática educativa humanizante não pode deixar de estar impregnada.

Há um século e meio Marx e Engels gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra a espoliação. Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das pessoas contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos, como corpos, submetidos a política da representação”, disse Paulo Freire.

O corpo é consciência, puro presente.

O que inaugura a consciência é o desejo, a vontade. A vontade de negar-se a entregar as nossas representações ao Estado, aos outros, de não autorizar o uso de seu pálido duplo, isso é ser cidadão, novo cidadão.

“Descobri tarde tua única residência é distanciar-se da casa”  
Carpinejar (2003).

## NOTAS

<sup>1</sup> Esse texto foi apresentado como conferência (com o mesmo título, no VIII Congresso Ibero-Americano de Gráfica Digital (SIGRADI), "O sentido e o universo digital", realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2004 na UNISINOS, São Leopoldo, Brasil. A planta desenhada por José Ivan Albuquerque Matias sobre um papelão, assim como seu retrato foram fixados como provocação no imenso telão destinado a projeções digitais no auditório. Evidentemente não houve naquele momento nenhuma projeção de imagem de espécie alguma.

<sup>2</sup> [www.acnc.org.br](http://www.acnc.org.br)

<sup>3</sup> Sobre esse tema veja meu ensaio sobre o conceito de: Collage em Negri: Kairos, alma venus, multitudine.

<sup>4</sup> Nesse sentido da representação do mundo, da representação como coisa política, como envio e principalmente como construção do mundo que meu ensaio *A máquina de fragmentos* propõe o ponto de ruptura entre o pensamento medieval e o pensamento moderno, estabelecendo-se no quatrocentos, com o advento da utilização dos instrumentos ópticos, da perspectiva, e da arquitetura como construção. Câmaras escuras, espelhos, *mirilhas*(miras), *vedutas* e toda sorte de instrumentos ópticos foram de uso freqüente e tão indispensáveis como os pincéis no meio artístico dessa época. Ainda que a história da Arte oculte este fato na maioria das vezes, esses instrumentos ou aparelhos articularam todo o espaço da representação e existência desde o Renascimento, do mesmo modo que a fotografia instituiu um modo de ver e construir o mundo no século XX. A perspectiva de cíclope foi o procedimento através do qual os florentinos aprenderam a dominar o campo da visão profunda, e ao mesmo tempo permitiu perfurar as muralhas do mundo medieval. Foi no *quattrocento* que se deram os primeiros passos na construção de uma máquina de fragmentos da representação, como denomino a perspectiva: com seus hábeis olhos, os arqueiros italianos perfuraram o mundo medieval, derrubaram e inverteram o sentido da pirâmide do cosmo-mundo. Os símbolos que conectavam o acima-abaixo num eixo vertical foram substituídos pelo eixo horizontal da representação em profundidade. Assim, através dos buracos, os artistas e arquitetos projetavam novos horizontes desobstaculizados. A história da câmera escura se entrecruza com a própria formação da perspectiva, sendo seu próprio instrumento de investigação e difusão, a representação da arquitetura em perspectiva se compreende mais claramente se estamos familiarizados com a câmera escura. A formação da visão moderna só se produziu mediante a utilização sistemática e imperativa desses instrumentos, dessas próteses primitivas que permitiam estender a capacidade da visualização humana. Um olhar que se voltava para o exterior, para a exterioridade das coisas e do mundo em detrimento da visão interior típica do medieval. A elaboração de uma teoria dos fragmentos, dos fragmentos fotográficos, da representação arquitetônica passa pela formação da imagem na câmera escura. Essa história da representação, da representação do corpo através da imagem técnica, é a própria negação do corpo, e uma outra história deveria ser buscada ou escrita, na historicidade do corpo, em sua ausência, em suas cinzas em seus pós, como propõe a filósofa Marcia Tiburi em sua *Filosofia Cinza*. Sobre *A Máquina de fragmentos* veja: [www.fernandofuao.arq.br](http://www.fernandofuao.arq.br)

<sup>5</sup> SERRES, Michel

<sup>6</sup> Veja meu texto *Sobre programas e necessidades* em [www.fernandofuao.arq.br](http://www.fernandofuao.arq.br)

## REFERÊNCIAS

CARPINEJAR, F. *Caixa de Sapatos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Envio*. Barcelona: Paidós, 1989

DUBOIS, Philippe. *El acto fotográfico, de la representación a la recepción*. Barcelona: Paidós, 1986.

FLUSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUÃO, Fernando F. *A collage como trajetória amorosa*. Porto Alegre: Escritos, 2005.

FUÃO, Fernando F. *A Máquina de fragmentos*. Disponível em: [www.fernandofuao.arq.br](http://www.fernandofuao.arq.br)

FUÃO, Fernando F. *Sobre Programas e necessidades*. Disponível em: [www.fernandofuao.arq.br](http://www.fernandofuao.arq.br)

FUÃO, Fernando F. *Cidades fantasmas*. Disponível em: [www.fernandofuao.arq.br](http://www.fernandofuao.arq.br)

SERRES, Michel. *A lenda dos anjos*. São Paulo: Aleph, 1995.

TIBURI, Marcia. *Filosofia Cinza*. Porto Alegre: Escritos, 2004.

## Fernando Freitas Fuão

Arquiteto, doutor pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona com a tese "Arquitectura como Collage", 1992. Atualmente é professor na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editor chefe da ARQtexto, autor dos livros *Canyons*, *A avenida Borges de Medeiros e o Itaimbezinho* (2000), *Arquiteturas Fantásticas* (1998). Site: [www.fernandofuao.arq.br](http://www.fernandofuao.arq.br); e-mail: [fuao@ufrgs.br](mailto:fuao@ufrgs.br)